

Variação do objeto direto anafórico de 3ª pessoa em textos jornalísticos cearenses¹

Thales Geovane Rodrigues Silva²

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar, à luz da Sociolinguística Variacionista, os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a realização variável do objeto direto anafórico de 3ª pessoa - ODA em gêneros textuais jornalísticos cearenses, como notícias e artigos de opinião, extraídos do *Diário do Nordeste*, *O Povo* e *O Estado*. Foram consideradas as quatro formas clássicas de retomada do objeto direto anafórico: (i) *clítico acusativo*; (ii) *pronome lexical*; (iii) *sintagma nominal*; (iv) *objeto nulo*. A amostra, coletada pelo pesquisador, é composta de 60 textos, 30 artigos e 30 notícias, nos quais foram encontradas 78 ocorrências de ODA, sendo 44 de clítico acusativo, 25 de sintagma nominal e 9 de objeto nulo, que foram submetidos a tratamento estatístico no programa Goldvarb X. A variante pronome lexical não foi encontrada, o que atribuímos à natureza do *corpus*. Os resultados revelaram que há uma certa preferência nesses textos pelo uso do *clítico acusativo*, recaindo sobre esta variante a influência do fator linguístico gênero semântico [+gs] do referente, e do fator extralinguístico nível de formalidade. A variante *sintagma nominal* foi bastante expressiva, mas não a ponto de se sobrepor à hegemonia do clítico, enquanto que o *objeto nulo* flutua, estando isento de estigmas, pois se manifestou em ambos os gêneros textuais.

Palavras-chave: objeto direto anafórico; Colocação pronominal; Variação; Texto jornalístico; Sociolinguística.

Abstract: This article aims to analyze, in the light of Variationist Sociolinguistics, the linguistic and extralinguistic factors that condition the variable realization of the 3rd person anaphoric direct object - ODA in Ceará journalistic textual genres, such as news and opinion articles, extracted from *Diário do Nordeste*, *The People* and *The State*. The four classic forms of resuming the anaphoric direct object were considered: (i) accusative clitic; (ii) noun phrase; (iii) lexical pronoun; (iv) null object. The sample, collected by the researcher, is made up of 60 texts, 30 articles and 30 news, in which 78 occurrences of ODA were found, 44 of which were accusative clitics, 25 were noun phrases and 9 were null objects, which were subjected to statistical treatment. in the Goldvarb X program. The lexical pronoun variant was not found, which we attribute to the nature of the corpus. The results revealed that there is a certain preference in these texts for the use of the accusative clitic, with the influence of the linguistic factor semantic gender [+gs] of the referent, and the extralinguistic factor level of

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pelo Prof. Dr. Fábio Fernandes Torres, apresentado à Coordenação do Curso de Letras, como requisito parcial para a obtenção do diploma de Licenciado em Letras - Língua Portuguesa.

² Aluno do Curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Redenção-CE - thalesrodriguez@aluno.unilab.edu.br.

formality falling on this variant. The noun phrase variant was quite expressive, but not to the point of overlapping the hegemony of the clitic, while the null object floats, being free of stigmas, as it was manifested in both textual genres.

Keywords: anaphoric direct object; Pronominal placement; Variation; Journalistic text; Sociolinguistics.

1. Introdução

Dentro do universo pronominal, os pronomes pessoais distinguem-se sintaticamente, grosso modo, pelas funções que desempenham nas construções linguísticas (verbais) ao assumirem ora formas nominativas, dativas, ora acusativas. Câmara Jr. (1970) compreende a família dos átonos de 3ª pessoa a partir da relação opositora em que os elementos mórficos **o**, **a**, **os**, **as**, deste modo, funcionam sumariamente como objeto direto, enquanto que o **lhe/lhes**, por sua vez, funcionam como objeto indireto. Na verdade, é necessário pontuar que os pronomes do caso reto de 3ª pessoa, **ele(s)/ela(s)**, deslocam-se das suas funções primárias de sujeito para competir com a hegemonia dos clíticos acusativos na posição de objeto direto (na fala, os clíticos têm baixa ocorrências), sobretudo em português brasileiro.

Sobre isso, Cunha e Cintra (2017, p. 302, grifo dos autores) advertem que construções como “Vi **ele**” e “Encontrei **ela**”, mais presentes na fala vulgar do Brasil (embora apareçam de certa forma na modalidade escrita), devem ser evitadas. Ainda pela ótica do caráter prescritivo da linguagem, Bechara (2009, grifo nosso) reconhece que o vocábulo **ele**, nesse sentido, pode manifestar-se como objeto direto na condição atípica em que venha precedido de *todo* ou *só* (adjetivo) ou, também, que seja dotado de acentuação enfática. Diante do exposto, percebe-se que há outra forma com o mesmo significado representacional, intercambiável, para se referir à realização do objeto direto anafórico, o que nos permite constatar indícios de variação, mesmo num campo teórico que concebe a língua como sistema homogêneo, uniforme.

No tocante à realização do objeto direto anafórico (doravante ODA) de 3ª pessoa no português brasileiro, estudiosos apontam, desde a década de 70, que há quatro formas clássicas de retomadas de um referente já dado dentro da sentença oracional: *clítico acusativo* (Bianca comprou-**o** no shopping), *pronome lexical* (Bianca comprou **ele** no shopping), *sintagma nominal* (Bianca comprou **o livro** no shopping) e *objeto nulo* (Bianca comprou **Ø** no shopping). Tais pesquisas revelam que o emprego das variantes supracitadas não ocorre de modo aleatório, geralmente são condicionadas, no uso, tanto por fatores linguísticos quanto por fatores sociais. Em dados de fala, nota-se a preferência do falante pelas variantes de

pronomes lexical e, sobretudo, objeto nulo, conforme nos mostram Omena (1978), Pereira (1981), Duarte (1986), Othero *et.al* (2018), dentre outros. Enquanto que em dados de escrita, modalidade comunicativa vista como mais previsível, resistente às variantes não-padrão (Tarallo, 2007), o clítico acusativo tende a se sobrepor às demais variantes, por implicações textuais-discursivas.

Nesse sentido, este trabalho objetiva analisar os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a realização variável do objeto direto anafórico de 3ª pessoa no português brasileiro em gêneros textuais-discursivos provenientes da esfera jornalística, como: notícias e artigos de opinião. Creemos que o estudo do *corpus* formal nos leva ao encontro de variantes que se rivalizam entre si, condicionadas por fatores linguísticos e sociais, cabendo-nos, portanto, o desafio de entender o processo de variação em textos jornalísticos. Considerando que há bancos de dados destinados a estudar a língua falada no Ceará, em especial, Fortaleza, nos contrastes entre fala culta e popular, como é o caso do projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza - NORPOFOR/UECE, o Projeto Português Oral Culto de Fortaleza - PORCUFORT/UECE e o PROFALA/UFC, acreditamos que seja relevante voltar-se, ainda que em documentos ‘conservadores’, ao estudo da modalidade escrita, pois são *corpora* em que também se flagra a variação, passíveis de se atestar a mudança linguística e de se observar um diálogo promissor no *continuum* fala-escrita, como modalidades de uso de um mesmo sistema linguístico.

Ancorado na Sociolinguística Variacionista, para esta pesquisa, levantamos a hipótese de que a alternância entre as variantes quaternárias de realização de ODA é condicionada por fatores linguísticos (sintático - função do referente na oração, e semântico - traço de animacidade do referente) e extralinguísticos (gênero/sexo e nível de formalidade) que determinam a frequência de uso pelos falantes. Como se vê, comprometemo-nos a investigar, no âmbito interno, a função sintática do referente, assim como o traço de animacidade associado ao gênero semântico. Já no âmbito externo, o gênero/sexo do redator(a) e o nível de formalidade entre os gêneros textuais. Convém ressaltar, por fim, que a amostra utilizada foi de 60 gêneros textuais, dos quais 30 foram artigos de opinião e 30 notícias.

Este artigo, portanto, estrutura-se, do ponto de vista retórico, em seis seções. A primeira, esta introdução, diz respeito às palavras iniciais sobre a pesquisa. A segunda trata da fundamentação teórica, em que se discutem os pressupostos da Sociolinguística Laboviana, fazendo uma retrospectiva teórica da concepção de língua enquanto fato social. A terceira apresenta pesquisas realizadas, na literatura linguística, quanto à variável de objeto direto

anafórico, tanto em dados de fala como em dados de escrita. A quarta, por sua vez, elucida, metodologicamente, o caminho percorrido para investigar o fenômeno em questão. A quinta dedica-se à análise dos dados colhidos e, a sexta seção, por fim, encarrega-se de tecer comentários finais competentes ao que fora obtido, de maneira a retomar alguns pontos já discutidos na pesquisa.

2. Fundamentação Teórica

Inserido no campo textual-discursivo, o objeto direto anafórico de 3ª pessoa encontra-se regulado por condicionamentos tanto linguísticos quanto sociais, que influenciam o uso das variantes que disputam a variável em questão. Isso implica na importância de apresentar-se a teoria analítica-metodológica que nos dará subsídio, ou seja, a Sociolinguística Variacionista, no intuito de alcançar os objetivos específicos e geral elencados nesta pesquisa. Para a ideia de condicionamentos internos e externos, se pressupõe compreender, antes de tudo, a concepção de língua enquanto fato social, fundamentando-a desde teorias/correntes preconizadas no século XIX até os estudos contemporâneos. É o que iremos esmiuçar a seguir.

2.1 Pressupostos teóricos linguísticos: uma breve incursão nos séculos XIX e XX

Whitney (1789), ao pensar no objeto da linguística, argumenta que “essa ciência tem por objeto compreender a linguagem, primeiro, em seu conjunto, como meio de expressão do pensamento humano, em seguida, nas suas variedades” (Whitney, 1789 *apud* Paveau; Sarfati, 2006, p. 36). Para Silva e Milani (2013, p. 6), o lexicógrafo caracteriza a língua como uma instituição social, considerando que a “mudança linguística surge primeiramente nos falantes de uma língua, pois “se os indivíduos como seres sociais, que têm a língua como o bem social mais precioso, mudam, a língua muda de forma que possa refletir essa mudança” (Silva; Milani, 2013, p.6). Resulta daqui que a posse da língua recai sobre o membro da sociedade, não propriamente no indivíduo.

De forma igual, Antoine Meillet contribuiu significativamente para o desenvolvimento da gramática comparada, dentre seus feitos, ao discursar, em sua aula inaugural, *no Collège de France*, sobre ‘O estado atual dos estudos de linguística geral’ (Paveau; Sarfati, 2006, p. 58, grifo das autoras), objetivando investigar as causas sociais dos fatos linguísticos. Preocupado com a mudança linguística, o linguista francês destaca que somente é possível estudá-la com o alinhamento entre língua e a estrutura social, pois “se a língua não é algo de substancial, ela

não existe menos por isso e, complementa, portanto, que “essa realidade é ao mesmo tempo linguística e social” (Meillet, s/d, p.16 *apud* Paveau; Sarfati, 2006, p. 60). O parâmetro social, dentro dos estudos linguísticos, mais tarde surtirá grandes efeitos nos escritos de outros linguistas e filósofos, possibilitando ampliar os horizontes interpretativos acerca da língua enquanto ciência.

É em 1916, com a publicação do *Curso de Linguística Geral - CLG*, de Ferdinand Saussure, que a linguística se constitui formalmente como ciência, definindo o objeto central desta área a *langue*, língua, entendida como social e, noutro lado, a *parole*, fala, concebida como individual. A dicotomia emerge da noção da língua enquanto sistema homogêneo e, em face disso, o pensador suíço defende que a fala estaria no domínio do que denomina de linguística externa, afetada pelos condicionamentos de ordem social, ao passo que a língua estaria no que denomina de linguística interna (Saussure, [1916] 2006, p. 30). Logo, Saussure ([1916] 2006) não somente alça a linguística à condição de ciência, mas, nesse ínterim, anuncia que língua e sociedade são indissociáveis.

No prefácio de *Marxismo e filosofia da linguagem*, do filósofo russo Mikhail Bakhtin, Roman Jakobson afirma que este volume “antecipa as atuais explorações realizadas no **campo da sociolinguística** e, principalmente, consegue preceder as pesquisas semióticas de hoje e fixar-lhes novas tarefas de grande envergadura” (Jakobson, 2006, p. 11, grifo nosso). Este comentário justifica-se por Bakhtin (2006) negar o sistema abstrato, fechado, isolado, pois, a seu ver, na realidade os signos coexistem via interação verbal, dando origem ao enunciado de natureza puramente social.

As concepções postas em paralelo apresentam um ponto convergente: a língua como fato social, muito embora os autores estejam ‘separados’ epistemologicamente. Se, antes, a homogeneidade linguística fora alvo de intensas críticas, agora, com respaldo, o sistema abre-se, de modo a redirecionar o foco desta vez à heterogeneidade, às regras variáveis, à comunidade de fala, enfim, conforme se posiciona William Labov, linguista estadunidense, no centro desses debates. Passemos, assim, à próxima seção, que tratará dos postulados da Sociolinguística Variacionista.

2.2 Sociolinguística Variacionista

Tarallo (2007) afirma que todos aqueles que visualizam a língua como um veículo de comunicação, de informação e expressão entre os indivíduos podem ser considerados sociolinguistas. Em outras palavras, o autor refere-se ao fato de que as reflexões/teorias, no

campo da linguística, não germinam do acaso, elas derivam de discursos materializados já-ditos, concepções, servindo de inspiração, mas que se reformularam. Não à toa, a revisita aos pressupostos teóricos foi indispensável, pois, na ótica de Labov, Herzog e Weinreich (1968), ainda seria letal e incoerente, com o avanço em curso dos estudos linguísticos dialetológicos em pleno século XX, desvincular língua, sociedade e cultura. Assim, o debate travado em 1966, no simpósio intitulado “Direções para a Linguística Histórica” (Coelho *et al.*, 2010), orienta e marca o fundamento de um modelo preocupado em descrever a estrutura gramatical da língua em uso, considerando-a enquanto sistema ordenado e heterogêneo, embora o próprio Labov houvesse desenvolvido dois trabalhos à luz da teoria, um em 1962³, outro em 1964⁴.

A abordagem gerativista, proposta por Chomsky, define como objeto de estudos linguísticos a competência linguística do falante-ouvinte ideal pertencente a uma comunidade homogênea, ficando de fora as habilidades sociointerativas (Martelotta, 2011). Ao idealizar a noção de competência, o autor, segundo Martelotta, entende que o falante, nesse sentido, “utilizaria de modo regular seu conhecimento linguístico, independentemente das diferentes situações reais de comunicação” (Martelotta, 2011, p. 60). Ora, nota-se, portanto, que tal concepção “não leva em conta a perspectiva de quem produz o discurso ou sua criatividade ao adaptar sua fala aos diferentes contextos comunicativos, não dando conta adequadamente de traços básicos, associados às línguas, como variação e mudança” (Martelotta, 2011, p. 62).

Em contrapartida, Labov demonstra que o fenômeno da diversidade linguística reflete na configuração, na verdade, de uma comunidade heterogênea, levando-o a reconsiderar em sua teoria os diversos contextos comunicativos de fala, características estas de interesse da Sociolinguística. Aqui, a herança saussuriana faz-se presente e acaba por corroborar com o caráter variável, particular, da fala, vista por Labov como uma fonte rica passível de observação e sistematização. Logo, prevê-se que os falantes não se expressam do mesmo modo, diferentemente do que advogou Chomsky quanto à regularidade, pois o sistema linguístico é composto de dois tipos de regras, as categóricas, que não admitem variação e as regras variáveis, reguladas por fatores linguísticos e sociais.

Coelho *et al.* (2019, p. 20) esclarecem que é “o controle rigoroso desses fatores que nos permite avaliar em que tipo de ambiente, tanto linguístico quanto extralinguístico, uma variante tem maior probabilidade de ser escolhida”. A variação, como se pode observar,

³ “O estudo elaborado em 1962, como trabalho de mestrado do autor, teve uma primeira versão publicada no ano seguinte. Posteriormente, em 1972, foi publicado no livro *Sociolinguistic patterns*” (cf. Mota; Silva, 2019, p. 31).

⁴ “Publicado em 1966, *The social stratification of english in New York City*, foi constituído a partir da tese do autor, apresentada em 1964, na Universidade de Columbia” (cf. Mota; Silva, 2019, p. 32).

ocorre nos níveis fonológico, morfológico, morfossintático, semântico, discursivo, lexical, internos à língua, mas condicionada às variáveis independentes externas à língua, tais como escolaridade, região, sexo/gênero, idade, etnia, dentre outros aspectos. Esses termos técnicos, análogos a ferramentas, possibilitam que o pesquisador controle e maneje o fenômeno em análise e identifique se há variação estável ou indícios de mudança progressiva.

A título elucidativo, vê-se a necessidade de conceituar, baseado na Sociolinguística, o que denominamos de variantes e variáveis, termos estes caros à pesquisa. De acordo com Mollica (2010), “entendemos então por variantes as diversas formas alternativas [semanticamente equivalentes] que configuram um fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente” (Mollica, 2010, p.10-11). A variável, então, para Coelho *et al.*(2019), corresponde ao “lugar na gramática que se localiza a variação, de forma abstrata” (Coelho *et al.* 2019 p.17). Nessa circunstância, no embate entre as variantes, pode-se verificar também se se trata de uma concorrência em que se tem, de um lado, variantes padrão, conservadoras, prestigiadas; e de outro lado, variantes não-padrão, inovadoras, estigmatizadas.

Com efeito, a problemática posta por Saussure em relação à diacronia e à sincronia instiga Labov, Herzog e Weinreich ([1968] 2006) a examinarem, situando a língua numa esteira histórica, o processo de mudança linguística. Na ocasião, a tarefa consistiu em explicar como ocorre a mudança sem causar comprometimento na comunicação entre os falantes, partindo da linha de raciocínio, segundo Labov, Herzog e Weinreich ([1968] 2006), p.35, *apud* Coelho *et al*, 2019, p. 71), de que: “[...] muito antes de se poder esboçar teorias preditivas da mudança linguística, será necessário aprender a ver a língua - seja de um ponto de vista diacrônico ou sincrônico - como objeto constituído de heterogeneidade ordenada”. Para os autores, em síntese, a falácia da homogeneidade não se sustenta e que, portanto, a mudança só será perceptível no diálogo intrínseco entre língua e sociedade.

A Sociolinguística, na intenção de descrever a variação e comprovar a mudança linguística, vale-se do conhecimento estatístico matemático: a técnica quantitativa. O fazer empírico na pesquisa consiste em buscar informantes, coletar dados provenientes do vernáculo, mas também dos dados de escrita, e submetê-los no pacote Varbrul (*Variable rules analysis* - Análise de regras variáveis), idealizado por Sankoff e Rousseau (Coelho *op. cit.*). A partir dele, fornecem-se cálculos de frequência, assim como percentuais e pesos relativos associados aos usos das variantes. Daí que se chega, pois, à etapa de análise dos resultados obtidos, seja para refutar ou ratificar as hipóteses estabelecidas no início de uma pesquisa.

A linguagem, nesta teoria, em correlação com o contexto social permite entender como que o repertório de um falante pode variar a depender do ambiente no qual se encontra

inserido. Quer dizer, a escolha de uma variante em detrimento de outra provém também de forças externas ao sistema linguístico, que tende a regular a interação entre falante e interlocutor. Enfim, o apogeu empírico na linguística deve-se à abordagem laboviana de ter reelaborado teorias que desprezaram os fatores sociais (Silva; Milani, 2013), que compreenderam língua enquanto sistema heterogêneo, estruturado, composto por regras categóricas e, sobretudo, variáveis, reconsiderando, assim, o vínculo íntimo entre os aspectos linguísticos e extralinguísticos, que serão apresentados na metodologia e discutidos na análise.

Na próxima seção, apresentaremos pesquisas já realizadas referentes ao preenchimento do objeto direto anafórico no português brasileiro, tanto em dados de fala, como em dados de escrita, modalidade linguística de nosso interesse.

3. Manifestações do objeto direto anafórico de 3ª pessoa em dados de fala e escrita

A variável *morfossintática* de objeto direto anafórico (doravante ODA) de 3ª pessoa vem sendo alvo de pesquisadores desde a década de 1970, tanto na escrita quanto, sobretudo, na língua falada, motivados ora na intenção de atestar-se o processo gradativo de mudança linguística e de averiguar os condicionamentos que recaem sobre o fenômeno, ora concentrando-se no estudo da manifestação de uma das variantes. O emprego do objeto direto anafórico de 3ª pessoa, aos moldes do que Tarallo (2007) denomina de envelope de variação⁵, comporta as seguintes formas: *clítico acusativo* (**o**, **a**, **os**, **as** e **lo**, **la**, **los**, **las**), *sintagma nominal* (quando o antecedente é repetido ou, ainda, mencionado por meio de sinônimo), *pronome lexical* (os pronomes-sujeitos, **ele(s)**/**ela(s)**, transgridem e cumprem as funções de complemento), *objeto nulo* (neste caso, por não ser marcado, é representado por \emptyset , sendo inferido pragmaticamente) e pronomes demonstrativos (**esse**, **isso**), com baixa frequência; por isso e, pelas limitações desta pesquisa, não os contemplamos.

Para melhor compreender tais manifestações, apropriamo-nos dos exemplos listados por Lima (2016, p. 21) em sua dissertação, que são: “(i) Saulo esperou-*a* na enfermaria domingo à tarde; (ii) Saulo esperou *ela* na enfermaria domingo à tarde; (iii) Saulo esperou *Ana* na enfermaria domingo à tarde; (iv) Saulo esperou \emptyset na enfermaria domingo à tarde”. Como se vê, em (i), para o pronome posposto ao verbo, dá-se o nome de clítico acusativo, pois aponta para um referente mencionado anteriormente, sendo-o a variante eleita padrão pela gramática normativa. Em (ii), o pronome do caso reto “ela”, em tese, emprega-se somente como sujeito, mas, neste caso, ocupa a posição de objeto direto anafórico,

⁵ Resumidamente, entende-se como envelope de variação o conhecimento descritivo do perfil das variantes que se compõem em grupos e se rivalizam pela disputa da variável (cf. Tarallo, 2007).

transgredindo as prescrições normativas, classificado como pronome lexical. Já em (iii), o substantivo próprio “Ana”, enquanto sintagma nominal⁶, na posição de objeto direto é replicado, logo, chama-se também de sintagma nominal. Por fim, em (iv), há um ‘vácuo’ entre o verbo e o complemento, porém, embora saiba pragmaticamente pelo contexto qual é o referente, mesmo assim o objeto não é textualmente preenchido. Denomina-se, quanto a este último, em termos técnicos, de objeto nulo ou categoria vazia.

O vernáculo atrai olhares de pesquisadores empenhados em descrever e analisar, neste caso, as variações no português brasileiro. Desse rol, citamos pesquisas como de Omena (1978), Duarte (1986), Pereira (1981), Barbosa (2015), dentre outras, que observaram uma mudança tímida quanto às estratégias de preenchimento do objeto direto anafórico na língua falada ao apontarem o declive do clítico acusativo e, por outro lado, o aclave do objeto nulo, favorecidos por condicionadores linguísticos e extralinguísticos; exceto Lima (2016), pois, apesar de ter percorrido por esse caminho, seu trabalho revela uma forte presença do pronome lexical no falar de Fortaleza na realização de ODA. Diante disso, é oportuno mencionar que Duarte (1986) analisou a norma culta, enquanto que Lima (2016) estudou a norma popular, razão pela qual os resultados apontam para variantes distintas.

Igualmente, pesquisas têm demonstrado que textos formais também são passíveis de apresentar variação, tornando-se fontes válidas para atestar-se a mudança linguística. Entre elas, selecionamos as de Costa (2012), Giachin (2016) e Andrade (2014), pois coadunam, de certo modo, com o que nos propomos a investigar: as manifestações do objeto direto anafórico de 3ª pessoa em textos jornalísticos cearenses.

Costa (2012), em sua dissertação, dispõe-se a estudar, a partir da teoria gerativista, a realização do objeto direto anafórico em textos jornalísticos publicados na cidade de Salvador-BA, entre os séculos XIX e XX, a fim de evidenciar o fenômeno da mudança linguística na modalidade escrita formal. Na primeira fase, de 1833 a 1850, foram encontradas 89 ocorrências (48%) de objetos nulos; 48 ocorrências (48%) de sintagmas nominais; 346 (69%) ocorrências de clíticos acusativos e 0 (0%) ocorrências de pronomes lexicais. Na segunda fase, de 1898 a 1900, foram encontradas 310 (63,5%) casos de clíticos acusativos; 136 (27,9%) casos para categoria vazia; 36 (7,4%) casos para sintagmas nominais. Na terceira fase, de 1945 a 1948, encontraram-se 270 (56%) ocorrências de clíticos acusativos; 157 (33%) ocorrências de objetos nulos e 44 (9,2%) ocorrências de sintagmas nominais. Os pronomes

⁶ Para Sautchuk (2010, p. 48), “sintagma [é] toda construção sintática que constitua um bloco significativo ou funcional que pode mover-se no eixo horizontal. Esse bloco é formado a partir de uma ou mais unidades linguísticas do nível imediatamente inferior, ou seja, a palavra”.

lexicais, assim como na primeira, não foram computados nas demais fases. Desta forma, comprovou-se que há, de fato, o aumento do objeto nulo em detrimento do clítico acusativo, em que naquela variante, em correspondência ao DP, somente fora relevante o condicionador linguístico sintático.

Giachin (2016) assumiu o compromisso de analisar a presença/ausência do sujeito e das variedades do objeto direto anafórico em textos jornalísticos circulados na cidade de Florianópolis-SC. Semelhante ao movimento retórico de Costa (2012), dividiu-se o *corpus* de 12 jornais em três fases, objetivando ratificar se em dados de escrita haveria a assimetria entre o sujeito e objeto direto, conforme apontado em estudos anteriores realizados em dados de fala. Na primeira fase, de 1832 a 1850, foram encontradas 84 (62,7%) ocorrências do uso do clítico; para o sintagma nominal, 32 (23,9%) ocorrências; 14 (10,4%) ocorrências de objeto nulo. Na segunda fase, de 1897 a 1901, foram contabilizadas 84 (72,4%) ocorrências de clítico; 23 (19,8%) ocorrências para o sintagma nominal; e 7 (6%) ocorrências de objeto nulo. Na terceira fase, de 1945 a 1950, houve 122 (58,4%) ocorrências de clítico; 49 (23,4%) ocorrências de sintagma nominal; e 36 (17,2%) de objeto nulo. Da mesma forma, os pronomes lexicais não foram computados. Em síntese, comprovou-se que relativo ao sintagma nominal, ao longo das fases, manteve-se em segundo lugar, abaixo do clítico acusativo, mas ao mesmo tempo demonstrou-se também que houve um aumento do índice de objeto nulo, indicando, assim, a mudança linguística.

Andrade (2014) analisou o preenchimento do objeto direto anafórico no jornal *A Gazeta*, do estado do Espírito Santo, no ano de 2008, visando comprovar e sistematizar a mudança linguística entre as variantes concorrentes. Como parâmetro de estratificação, valeu-se das variáveis independentes: gêneros discursivos e traço de animacidade do antecedente. Sua pesquisa constatou que o uso do clítico correspondeu a 42% dos casos; o sintagma nominal correspondeu a 46,7%; o objeto nulo, 8,2%; enquanto que o pronome lexical, apenas 3,1%. Além disso, os gêneros discursivos influenciaram no uso das variantes, ao computar que artigo de opinião (78,6%), editorial (72,7%) e carta ao leitor (44,4%) favoreceram o clítico acusativo; e o sintagma nominal (52,9%), por sua vez, foi favorecido pela notícia. Quanto ao traço de animacidade, a autora revelou que os clíticos e o pronome lexical foram favorecidos, em termos percentuais, pelo antecedente animado (55,5%) e (6,7%), respectivamente. Já o sintagma nominal e o objeto nulo foram favorecidos pelo antecedente inanimado (58,1%) e (4,2%).

Convém, agora, entrelaçar os trabalhos destacados, a fim de se apresentar possíveis lacunas que nos possibilitem daqui em diante vislumbrar nas investigações acerca do ODA

em textos jornalísticos cearenses. O trabalho de Costa (2012), na perspectiva gerativista, por um lado, mostra-nos que em *corpus* formal pode verificar-se também o processo de variação e mudança linguística, contrariando Tarallo (2007)⁷, mas de outro, constata-se a irrelevância dos traços de animacidade do antecedente (associado à especificidade), por não serem cruciais na realização das variantes estudadas. Giachin (2016), em sua análise, desconsidera a função sintática e o traço de animacidade do antecedente como condicionadores sintáticos e semânticos das variantes de realização de ODA. Andrade (2014), nesse caso, considera apenas os condicionadores gêneros discursivos e traço semântico para analisar os usos das variantes, limitando o controle variável do fenômeno. Após essas considerações de natureza bibliográfica, passemos ao manejo dos dados, isto é, a metodologia.

4. Metodologia

Propõe-se, nesta seção, elucidar o caminho percorrido para investigar a manifestação do objeto direto anafórico de 3ª pessoa em textos jornalísticos. Buscaremos tratar sobre o *corpus* que viabiliza a pesquisa, a coleta de dados, perpassando pelos fatores de controle para a variável (linguístico e extralinguístico), de maneira a contemplar, por fim, a análise dos dados.

O *corpus* que nos dispomos a estudar é composto por três jornais digitalizados, *Diário do Nordeste*, *O povo* e *O estado*, distribuídos e organizados conforme o quadro:

Quadro 1 - Constituição do *corpus*

Jornais	Gêneros textuais-discursivos	Gênero/sexo do redator(a)		Quantidade
		Masculino	Feminino	
<i>Diário do Nordeste</i>	Artigos de opinião	Masculino	Feminino	10
	Notícias	Masculino	Feminino	10
<i>O povo</i>	Artigos de opinião	Masculino	Feminino	10
	Notícias	Masculino	Feminino	10
<i>O estado</i>	Artigos de opinião	Masculino	Feminino	10
	Notícias	Masculino	Feminino	10

Fonte: elaborado pelo autor.

⁷ Na ótica do autor, a pesquisa sistemática na modalidade escrita demonstra-se ser um campo infértil, por ser considerada mais previsível, conservadora, 'inflexível', resistente às variantes não-padrão.

A seleção desses jornais do ano de 2023, realizada entre os meses de setembro e outubro, deve-se ao fato de que: (I) estão localizados em Fortaleza, Ceará; (II) são considerados veículos de informação de maiores audiências na região, logo, as produções são constantes e diversas; (III) por abrigarem gêneros textuais-discursivos que se distinguem pelo nível de formalidade, permitindo-nos averiguar os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a realização variável do objeto direto anafórico de 3ª pessoa; (IV) serem escritos, os gêneros textuais, por redatores e redadoras.

Tal amostra fora coletada pelo próprio pesquisador, acessando individualmente as plataformas. Em cada texto, garimpou-se, respeitando a cisão pelo nível de formalidade, as ocorrências de objeto direto anafórico para, na sequência, analisá-las, de maneira a identificar os diferentes fatores que as tensionaram. Considerando que cada texto pode hospedar mais de uma variante, ao todo, foram contabilizadas 78 (setenta e oito) ocorrências.

Tarallo (2007) orienta-nos que quanto mais rígidos, tecnicamente, formos em relação ao fenômeno estudado, mais teremos resultados precisos, independente da modalidade ser falada ou escrita. Baseado nisso, os dados foram analisados a partir dos seguintes fatores de controle: **Fatores linguísticos** - I. função sintática: a) sujeito; b) adjunto adnominal; c) complemento nominal; d) objeto direto e indireto; e) aposto; II. animacidade do referente: a) animado [+ humano]; inanimado [- humano]; III. gênero semântico do referente: a) sexuado [+ gs]; b) asexuado [- gs]; **Fatores extralinguísticos**: I. gênero/sexo do redator(a): a) masculino; b) feminino; II. Nível de formalidade entre os gêneros textuais: a) formal (mais monitorado); b) informal (menos monitorado), entendendo-os em grau escalar de formalidade.

Logo, para lançarmos um olhar acerca das manifestações do objeto direto anafórico, é viável controlar os fatores tanto linguísticos quanto sociais, baseando-nos nas lacunas encontradas nos trabalhos abordados outrora. Como os pronomes de forma acusativa desempenham a função de referenciar um elemento já mencionado, que chamamos de antecedente/referente, urge conhecê-los, observando quais fatores linguísticos favorecem no emprego das variantes. No âmbito interno do sistema linguístico, pelo viés semântico, o traço de animacidade associado ao gênero semântico do antecedente julgamos ser promissor. Pelo viés sintático, a função do antecedente na oração parece-nos favorecer o emprego das variantes.

A animacidade, nas palavras de Coelho *et al.* (2019), “corresponde a uma propriedade atribuída a um referente, que pode apresentar traço [+animado] ou [-animado]”. Nisso, “por [+animado], entendem-se humanos, animais e objetos personificados, e por [-animado] entendem-se os referentes que não se enquadram em nenhuma dessas categorias”

(Coelho *et al.*, 2019, p. 35). Conforme Pinto (2020), na construção “*N mandei **uma carta** a você mais com toda a serteza que você não recebeu **Ø** porque mandei o lumero [número] erado.* (Carta pessoal de Santa Catarina, Amostra Vale, Remetente R, ano de 1965)” (Pinto, 2020, p.221, grifo da autora), por exemplo, o antecedente “uma carta” é - animado. Já em “*Para a mana decerto deve custar bastante estar separada **do filho**, mas muito mais [inint] lhe deve ser se **o** vir atacado d'aquella doença.* (Carta pessoal de Portugal, Amostra Dantas Pimenta, Remetente José, ano de 1897)” (Pinto, 2020, p.222, grifo da autora), o antecedente “do filho” é + animado.

Alinhado a isso, há o gênero semântico do antecedente. Este, por sua vez, permite distinguir substantivos não-sexuados de substantivos sexuados. Ou melhor, “distingue substantivos que denotam sexo natural aparente, como *homem, mulher, professor, cachorro* etc., de substantivos que não denotam sexo natural aparente, como *mesa, livro, vítima, cônjuge, boneco, tartaruga* etc” (Othero; Schwanke, 2018, p. 156). Na oração “**A garota** se irritou muito quando a mãe disse que iria levá-la ao Conselho Tutelar”, o referente “a garota” tem o traço gênero semântico sexuado [+gs]; enquanto que em “Juan teve **uma ótima chance** para matar logo o jogo, mas desperdiçou **Ø**” (Othero; Scwanke, 2018, p. 157), o referente “uma ótima chance” não tem gênero semântico sexuado, [-gs]. Os autores apontam para a discussão da complexidade entre o gênero semântico e gênero gramatical, mas, ainda assim, consideramos frutífero verificar se tal condicionador pode impulsionar no emprego das variantes, uma vez que desconhecemos o controle desse grupo de fatores para o fenômeno aqui estudado.

Nem sempre o antecedente assume a mesma posição dentro da sentença oracional. Por isso, nos diversos arranjos sintáticos, a função dos termos demonstra ser um gatilho para o emprego das variantes, constatado em pesquisa como de Omena (1978). Identificar se se revela como sujeito, adjunto adnominal, objeto direto, dentre outras funções, por exemplo, traz clareza para compreendermos como ocorrem os laços entre os pronomes e os referentes. Tornou-se oportuno, portanto, controlar o fenômeno variável mediante a esse fator sintático, já que, novamente, nem Andrade (2014) e nem Giachin (2016) valeram-se desse condicionador.

Agora, no âmbito externo da língua, compete-nos examinar se o condicionares sexo/gênero e monitoramento favorecem os usos das variantes. Considerando que o fator sexo/gênero se apresenta ser um forte favorecedor na modalidade falada, acreditamos na relevância de averiguarmos os laços para com a modalidade escrita, ao constituir a hipótese de que a mulher, nesse sentido, pela sensibilidade às normas, tende a empregar a variante-padrão

(clítico acusativo); ao passo que o homem, pela resistência linguística, tende a empregar a variante não padrão (sintagma nominal). Por se tratar de um sistema probabilístico, com esta pesquisa, poderemos refutá-la ou comprová-la.

Tratamos monitoramento como o gênero, embora escrito, não-espontâneo, que dê liberdade ao redator a ponto de empregar uma linguagem mais informal, dando vazio à variante não-padrão, mas também de assegurar e exigir-lo mais formalidade. Na esfera jornalística, a forma “de apresentação reforça o caráter de seriedade do gênero, em razão de seus autores serem especialistas nos assuntos que discutem” e, por isso, “o fato de serem escritos por especialistas já supõe, também, que serão profundos, mais longos do que as notícias, terão linguagem mais ligada ao campo de conhecimento desse especialista, menos fácil de ser universalmente compreendida” (Gagliardi; Amaral, 2009, p. 01). Nesta instância, de um lado, temos o artigo de opinião, mais monitorado. E, de outro, a notícia, vista como menos monitorada. Certamente, a força que emana dos gêneros textuais-discursivos na esfera jornalística prova que as variantes podem ser controladas, tensionando seus usos (cf. Andrade, 2014). Assim, tomamos a responsabilidade de analisar esta correlação, aplicando-a nos jornais cearenses, *corpus* carente de estudos quanto à variável do objeto direto anafórico de 3ª pessoa.

Uma vez que a pesquisa sociolinguística exige tratamento estatístico, fez-se necessário utilizarmos o pacote estatístico intitulado GOLDVARB X -, na intenção de obter informações sobre os cálculos de frequência, percentuais e pesos relativos referentes aos condicionamentos que influenciaram nos usos das variantes. Nesse sentido, a seção seguinte será dedicada para discorrer sobre os resultados colhidos a partir do programa.

5. Análise dos dados

Na amostra selecionada para esta pesquisa, encontramos 78 ocorrências de objeto direto anafórico, das quais 44 são de clíticos, 25 de sintagmas nominais e 9 de objetos nulos. Assim, objetivando investigar a interferência dos condicionamentos linguísticos e sociais nas manifestações do objeto direto anafórico de 3ª pessoa, os dados foram submetidos ao programa estatístico Goldvarb X.

Ressaltamos que a análise dos resultados é fruto de duas rodadas estatísticas, ambas binárias, em que se verificou: primeiro, o clítico *versus* outras variantes (sintagma nominal e objeto nulo); segundo, clítico *versus* sintagma nominal. Dentre as variantes, o objeto nulo foi a estratégia menos usual, razão pela qual decidimos realizar outra rodada no intuito de obter dados mais expressivos, desconsiderando-se a ocorrência dessa variante, mas os resultados

seguiram as mesmas tendências observadas na primeira rodada estatística. A princípio, tínhamos a intenção de trabalhar também com a variante pronome lexical, contudo, pela natureza do *corpus* formal escrito, essa variante não foi sequer flagrada nos textos jornalísticos, nem mesmo no discurso direto livre.

Nessa lógica, controlamos a variável a partir de cinco grupos de fatores, porém apenas dois foram selecionados como relevantes estatisticamente pelo programa Goldvarb X. Trata-se, portanto, do nível de formalidade, enquanto fator extralinguístico; e o gênero semântico do referente, enquanto condicionador linguístico. Ainda que os demais fatores não tenham atuado como influenciadores das variantes, torna-se oportuno apresentá-los, a fim de testar as hipóteses levantadas na pesquisa. Dito isso, para efeitos de organização retórica, priorizamos por discutir, a priori, os fatores relevantes e, em seguida, os resultados percentuais dos outros fatores. Os resultados da seção a seguir referem-se à primeira rodada estatística: o clítico *versus* outras variantes (sintagma nominal e objeto nulo).

5.1 Clítico *versus* outras variantes (sintagma nominal e objeto nulo)

a) *Nível de formalidade entre os gêneros textuais*

A respeito desse grupo de fatores, supomos que a esfera jornalística, por abrigar diversos gêneros textuais-discursivos, pode condicionar os usos das variantes no preenchimento do objeto direto anafórico, pois há uma cisão entre textos mais monitorados e, por outro lado, menos monitorados que, conseqüentemente, influenciam na manifestação de variante padrão e não-padrão, do mesmo modo como já apontou Biazolli (2010) em dados de escrita. Esse grupo de fatores foi o primeiro selecionado pelo programa como significativo. Aqui, compreendemos o nível de formalidade enquanto grau escalar, em que um gênero textual tende a ser mais monitorado, formal, em relação ao outro. Vejamos os exemplos abaixo do texto formal, mais monitorado, (exemplo 1) e texto informal, menos monitorado, (exemplo 2):

- (1) Todo mundo poderia usar pedras e uma funda, mas foi Davi quem **as** usou e, juntamente com sua fé, venceu o gigante. (OPA003)⁸
- (2) Como manda os novos tempos, o Trem Bala será transmitido de segunda a sexta na maior plataforma de vídeos do mundo, o YouTube. Por lá, os torcedores das equipes poderão acompanhar **o programa** de onde estiverem. (OPN001)

⁸ A notação entre parênteses obedece à seguinte lógica: as duas primeiras letras referem-se ao jornal, onde o dado foi coletado; a terceira letra diz respeito ao gênero e os números fazem referência a ordem da ocorrência em nossa amostra.

Defendemos que, para as notícias, os sintagmas nominais seriam mais salientes, comparado às demais variantes, ao passo que, para os artigos de opinião, seriam os clíticos acusativos. No texto formal, vê-se o clítico acusativo “as” retomando os termos já referidos “pedras” e “funda”. Enquanto que no texto informal, o sintagma nominal “programa” retoma o termo dado “trem bala”. Tal hipótese vai ao encontro, a nosso ver, dos resultados empíricos extraídos do *corpus*. A seguir, vejamos os dados desse grupo de fatores na tabela 1:

Tabela 1: Influência do grupo de fatores nível de formalidade do gênero discursivo na variação entre o clítico *versus* sintagma nominal e objeto nulo.

Nível de formalidade do gênero discursivo	Clítico	Sintagma nominal e objeto nulo	Total/peso relativo
	Ocor./percentual	Ocor./percentual	
Formal	29/74,4%	10/25,6%	39/50%/0,726
Informal	15/38,5%	24/61,55%	39/50%/0,274
Total	44/56,4%	34/43,6%	78/100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Os resultados da tabela 1 revelam-nos que a distribuição entre variantes e gênero textual-discursivo coaduna-se com a hipótese levantada, uma vez que o clítico acusativo (o, a, os, as e os seus alomorfes), com percentual de 74,4% e peso relativo de 0,726, é favorecido pelo texto formal, mais monitorado, isto é, o gênero artigo de opinião; e em contrapartida, o sintagma nominal juntamente com a baixa presença de objeto nulo (replicação do vocábulo e categoria vazia), em termos percentuais de 61,55% e peso relativo de 0,274, foram favorecidos pelo texto informal, menos monitorado, o gênero notícia. Nessa circunstância, a partir dos estudos de Andrade (2014) e Conceição (2016), chegamos à conclusão de que as variantes prestigiadas e de manifestações mais frequentes, na modalidade escrita formal, seriam os clíticos acusativos ao lado dos sintagmas nominais, alocados numa escala em que este é menos prestigiado com baixa ocorrência, e aquele o mais prestigiado, com alta ocorrência.

O objeto nulo flutua, ora no formal, ora no informal, além de terem sido encontradas 9 ocorrências, o que nos permite dizer que se trata de uma variante aparentemente neutra. Constata-se, então, que, de certa forma, os resultados apresentados aqui aproximam-se do trabalho de Andrade (2014), que observou o tensionamento dos gêneros textuais-discursivos

nas variantes de clítico *versus* sintagma nominal e objeto nulo. Nesse sentido, nossa hipótese foi comprovada.

b) *Gênero semântico do referente*

Este grupo de fatores foi o segundo selecionado pelo GoldvarbX como estatisticamente relevante. Diversas pesquisas encarregaram-se de explicar a correlação entre os pronomes de 3ª pessoa e o referente, partindo do campo semântico-pragmático. Dentre as ideias propostas, destaca-se, portanto, a mais recente hipótese⁹ do *gênero semântico do referente* de Creus e Menuzzi (2004), que nos parece promissora para entender como ocorre a estratégia de preenchimento do objeto direto anafórico, reconhecida também por Othero *et. al* (2018). Por conta disso, dispomo-nos a averiguar a relevância desse grupo de fatores, considerando-se os dados de escrita, já que, em nosso recorte bibliográfico, desconhecemos, até o momento deste estudo, trabalhos que se basearam em tal hipótese, sobretudo em textos jornalísticos cearenses. Passemos, então, aos exemplos a seguir, em que, em (3), tem-se o gênero semântico do referente presente, aparente, e, já no (4) e (5), não há um gênero semântico aparente; pelo contrário, ausente.

- (3) A ordem de parada foi desobedecida, e o homem iniciou uma fuga. Os agentes seguiram o motorista e conseguiram abordá-lo. (OPN013)
- (4) A atual rapadura foi produzida com 9.820 kg na cidade de Pindoretama, quebrando o recorde anterior de Santa Cruz da Baixa Verde, em Pernambuco. Ela tem 4,16 metros de comprimento, 2,1 metros de largura e 90 centímetros de altura e levou oito dias para ficar pronta. Neste fim de semana, o Engenheiro Complexo Tradição irá superar esse recorde produzindo a **iguarria** com mais de 10 toneladas e quem quiser, poderá participar dessa produção comparecendo ao local e adicionar uma parte da cana na rapadura. (OEN039)
- (5) Nós, enquanto Estado, temos obrigação de contribuir ativamente com as buscas e também de garantir o acolhimento aos familiars de pessoas desaparecidas. Amparar Ø diante da dor sofrida, apontar os caminhos e orientar Ø sobre qual a melhor forma de agir. (OPA011)

Por mais que seja uma hipótese criada para explicar a retomada do objeto direto anafórico de 3ª pessoa no PB em dados de fala, concentrando-se nas variantes de pronome

⁹ “O conceito de “gênero semântico” diz respeito à classificação semântica dos substantivos: possuem “gênero semântico” somente aqueles substantivos que denotam indivíduos ou classes de indivíduos animados cujo sexo natural pode ser identificado (ex.: mulher, homem; menino, menina; gato, gata; boi, vaca, etc.); substantivos que denotam coisas, entidades abstratas, etc. – isto é, referentes inanimados – não possuem “gênero semântico”. Além disso, é importante observar que há substantivos animados cuja denotação inclui referentes de ambos os sexos; nestes casos, não se pode dizer que o substantivo possui necessariamente um “gênero semântico” específico: por exemplo, os substantivos pessoa, gente, habitante possuem gênero gramatical, mas não gênero semântico inerente” (Creus; Menuzzi, 2004, p. 3).

lexical e objeto nulo, elaboramos, alinhado aos autores, mas com adaptações, a seguinte proposição: referente com gênero sexuado, gênero semântico aparente, favorecem na manifestação dos clíticos acusativos e pronomes lexicais; já os SNs e objeto nulo são favorecidos pelos referentes com gênero não sexuado, gênero semântico pouco aparente ou quando não há gênero semântico. Como vimos, há uma concordância entre os pronomes e os referentes. Sendo assim, em (3), o clítico acusativo (lo/alomorfe) retoma o referente “homem”, com sexo natural aparente, o que corrobora para haver a concordância. Em (2), na retomada do vocábulo “rapadura”, substantivo que não denota sexo aparente, mas sim ausente, emprega-se o vocábulo “iguaria”. Por fim, no (5), o referente “familiares” é genérico, não possui gênero semântico, favorecendo na realização do objeto nulo. Vejam-se os dados da tabela 2:

Tabela 2: Influência do grupo de fatores gênero semântico do referente na variação entre o clítico *versus* sintagma nominal e objeto nulo.

Gênero semântico do referente	Clítico	Sintagma nominal e objeto nulo	Total/peso relativo
	Ocor./percentual	Ocor./percentual	
Não sexuado	30/51,7%	28/48,3%	58/74,4%/0,406
Sexuado	14/70%	6/30%	20/25,6%/0,750
Total	44/56,4%	34/43,6%	78/100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Com percentual de 70% e peso relativo de 0,750, o gênero sexuado acaba por influenciar o uso do clítico acusativo, enquanto que o não sexuado aparece abaixo, com 0,406 peso relativo. Ou seja, há uma discrepância percentual, pois 14 ocorrências estão associadas à manifestação do clítico, diferentemente das demais variantes, que se somam apenas 6 ocorrências. Mesmo o fator não sexuado apresentando pouca frequência de uso quando relacionado às variantes sintagma nominal e objeto nulo, o percentual demonstra ser significativo. Nota-se, então, que a hipótese elencada na pesquisa foi atestada, pois esperávamos resultados mais consolidados do fator sexuado favorecendo o clítico acusativo.

c) Função sintática do referente

O referente, dentro da sentença oracional, assume funções distintas no eixo sintagmático. Logo, controlar o fenômeno mediante esse grupo de fatores possibilitou-nos

mapear se haveria um gatilho sintático na relação intrínseca do referente para com as variantes. Contudo, o Goldvarb X não o selecionou como significativo.

Constituímos, para isso, a hipótese de que referentes com funções sintáticas de sujeito e adjunto nominal favoreciam a realização do clítico acusativo; enquanto que referentes nas funções de objeto direto, complemento nominal e demais funções favoreciam a manifestação de objeto nulo e SN, conforme nos mostra os exemplos (6a e 6b), com referente na função de sujeito; (7), com função de objeto direto; (8), com função de adjunto adnominal; e (9), na função de complemento nominal:

(6a) Com mais de 22 anos de carreira, sobretudo na área de Direito Internacional, o advogado construiu trajetória marcada pela ética, luta por justiça e promoção da paz social. A independência e o alcance da profissão no mundo são alguns dos fatores que o levaram a iniciar e solidificar uma carreira que já ultrapassou duas décadas. (OEN035)

(6b) O irmão contra argumentou, dizendo que seria uma desmoralização e preferia deixar o serviço público. Castelo Branco, encerrou o assunto e Ø sentenciou: você não entendeu, demitido você está. (OEA048)

(7) O Departamento Estadual de Trânsito do Ceará (Detran-Ce) disponibiliza atendimento online para iniciar o processo de recursos. Para iniciar Ø, o proprietário do veículo deve acessar a aba_“processos” e preencher com algumas informações e anexar a documentação necessária para avaliação. (OEN030)

(8) O baile perfumado foi conhecido graças ao fotógrafo libanês Benjamin Abrahão, que obteve a permissão do cangaceiro para acompanhá-lo no estado de Sergipe. (DNA026)

(9) É o mês da prevenção ao suicídio. E é preciso entender que quem tenta cometer **suicídio** tem um transtorno mental. (OEA045)

Em (6a), o clítico acusativo “o” retoma o referente “advogado” na função de sujeito. Já em (6b), o objeto nulo retoma, pragmaticamente, o referente “irmão” na função de sujeito, o que destoa da nossa hipótese primária, pois, entrecruzando as pesquisas de Omena (1978) e Pinto (2005), resulta disso que quando o objeto for nulo, haveria a retomada pelo um referente com função sintática também de objeto direto. Percebe-se, contudo, que essa correlação não se aplica. Quanto ao exemplo (7), notem que o objeto nulo, na mesma lógica, retoma o referente “processo” na função de objeto direto, corroborando desta vez tanto com a nossa hipótese quanto a dos autores. Digamos, pois, que nesta amostra o gatilho sintático não é categórico, mas, na verdade, variável, em se tratando da variante objeto nulo. Em (8), o clítico acusativo (lo/alomorfe) retoma o vocábulo “cangaceiro” na posição de adjunto adnominal. E no exemplo (9), o sintagma nominal “suicídio” retoma o vocábulo “suicídio” na função de complemento nominal. Após estes comentários, conferimos, logo abaixo, a tabela 3:

Tabela 3: Influência do grupo de fatores função sintática do referente na variação entre o clítico *versus* sintagma nominal e objeto nulo

Função sintática do referente	Clítico	Sintagma nominal e objeto nulo	Total
	Ocor./percentual	Ocor./percentual	
Sujeito	16/66,7%	8/33,3%	24/31,6%
Adjunto adnominal	6/66,7%	3/33,3%	9/11,8%
Objeto direto	19/57,6%	14/42,4%	33/43,4%
Aposto	1/33,3%	2/66,7%	3/3,9%
Complemento nominal	2/28,6%	5/71,4%	7/9,2%
Total	44/57,9%	32/42,1%	76/100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Soledade (2011) explica que o referente na função de sujeito influencia na manifestação da variante padrão de clítico acusativo. Não à toa, temos um percentual de 66,7% relacionado ao clítico. Para a variável sintática de adjunto adnominal, tem-se 66,7% correlacionado também ao clítico, o dobro de ocorrência e percentual do sintagma e objeto nulo. Quer dizer, ambas funções sintáticas encontram-se em sintonia com o que projetamos outrora na pesquisa. O referente na função de complemento nominal, por sua vez, mostra-se mais frequente com as variantes sintagma nominal e objeto nulo, com percentual de 71,4%. Ainda conforme Soledade (2011), o referente na função de objeto direto não está restrito ao objeto nulo, gerando um emparelhamento permanente, mas pode condicionar de igual modo o clítico acusativo, tendo nesta amostra um percentual de 57,6%, valor este superior ao sintagma nominal e objeto nulo. Enfim, embora esse grupo de fatores não tenha sido selecionado pelo programa, ainda assim, os resultados contribuem fortemente para a hipótese elaborada inicialmente, que poderá ser testada em uma amostra mais expressiva.

d) Traço de animacidade do referente

Aqui, retomamos a importância de controlar a relação entre o referente e os pronomes de 3ª pessoa a partir do nível semântico-pragmático. Na ocasião, os referentes são dotados de características que podem denotar ora traços animados ora não-animados. No que diz respeito a isso, pensamos na seguinte hipótese: tanto o clítico acusativo quanto o pronome lexical teriam referentes/antecedentes + animados; enquanto que objeto nulo e sintagma

nominal teriam antecedentes - animados, por implicações textuais-discursivas. Observemos os exemplos (10) e (11), que têm traço + animado e, no (12), traço - inanimado:

(10) Os crimes confessos não deixaram de existir pelo simples fato dos acusados terem sido beneficiados por prescrição ou qualquer outro ato jurídico que **os** livrou da prisão. (OEN028)

(11) E o papel dos adultos é redirecionar, orientar, conversar, acompanhar a criança e não julgar \emptyset ou punir \emptyset . (DNA062)

(12) O cometa aparece logo após o Sol se pôr, mas ele logo terá o ocaso, assim chamando quando ele se “põe”. O melhor dia para prestigiá-**lo** será 16 de setembro. (DNA054)

De acordo com Othero e Schwanke (2018), em antecedentes [+animados], a forma anafórica segue o gênero gramatical do antecedente, atraindo-o; já em referentes [-animados], a forma anafórica tende a ser nula em decorrência da ausência de gênero semântico. Em (10), ocorre a contração entre a preposição “de” e artigo definido “os”, determinando o substantivo “acusados”, logo, caracteriza-se como + animado e influencia no aparecimento do clítico acusativo. Com efeito, em (11), reparem que o referente é + animado, não obedecendo às hipóteses dos autores, pois, na verdade, correlaciona-se à manifestação do objeto nulo, assim como em (12), em que o referente é - inanimado, porém se correlaciona à realização do clítico acusativo.

Convém destacar que na animacidade, a categoria + animado engloba referentes com traços semânticos, além de humanos, de animais e objetos personificados. Contudo, nesta amostra, sobretudo em relação a esse grupo de fatores, nota-se que houve uma saliência quanto ao referente na condição de + animado, humano, em se tratando da correlação ao clítico acusativo, conforme atestam as pesquisas de Soledade (2011) e Pinto (2020). Desconsideramos o pronome lexical, ainda na coleta de dados, pois não houve ocorrência dessa variante. Assim, estes exemplos geram polarizações, distanciando-se do que fora sustentado na literatura. Nesse sentido, passemos à tabela 4, que trata sobre os dados percentuais:

Tabela 4: Influência do grupo de fatores traço de animacidade do referente na variação entre o clítico *versus* sintagma nominal e objeto nulo

Traço de animacidade do referente	Clítico	Sintagma nominal e objeto nulo	Total
	Ocor./percentual	Ocor./percentual	
Animado [+]	18/60,0%	12/40,0%	30/38,5%

Inanimado [-]	26/54,2%	22/45,8%	48/61,5%
Total	44/54,4%	34/43,6%	78/100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Com percentual de 60%, o referente com traço + animado correlaciona-se à realização do clítico acusativo, conforme esperado e defendido por Oliveira (2007). Em contrapartida, há, nesses dados, a relevância também do traço - animado recaindo sobre o clítico acusativo, contabilizado em percentual de 54,2%. Agora, as variantes sintagma nominal e objeto nulo, como prevemos, correlaciona-se, em termos percentuais, ao referente - animado, apesar do percentual de 45,8% configurar-se abaixo comparado ao clítico acusativo, a diferença matemática é ínfima, considerando-se que, no geral, encontramos 25 ocorrências de sintagma nominal e 9 de objeto nulo, apenas. A nosso ver, isso indica que é possível reverter tais resultados, contanto que a amostra seja expandida. Novamente, há fortes indícios de que a hipótese relacionada a esse grupo de fatores venha a ser comprovada em amostras mais amplas.

e) Sexo/gênero do redator(a)

Em pesquisas sociolinguísticas (Duarte,1986; Omena,1978; Paiva,2003; Pereira,1981), esse grupo de fatores geralmente exerce grande influência no emprego de uma das variantes usadas pelos falantes. Quando Monguilhott (2001) analisa a concordância verbal no falar de Florianópolis, por exemplo, formula a hipótese, amparada em autores da literatura, de que o sexo feminino é mais sensível à norma-padrão, ao passo que o masculino é, digamos assim, mais transgressivo, mais sensível à inovação linguística. Ora, ao observamos no período da coleta de dados que os textos eram demarcados, aparentemente, também pelo sexo/gênero do redator, interessamo-nos por esse condicionador extralinguístico, afinal de contas, há um diálogo promissor no *continuum* fala-escrita enquanto modalidades de um mesmo sistema linguístico. No entanto, o programa não o selecionou como relevante. Desse modo, vejamos os dados na tabela 5:

Tabela 5: Influência do grupo de fatores gênero/sexo do redator(a) na variação entre o clítico *versus* sintagma nominal e objeto nulo

Gênero/sexo do redator(a)	Clítico	Sintagma nominal e objeto nulo	Total
	Ocor./percentual	Ocor./percentual	
Masculino	26/59,1%	18/40,9%	44/56,4%

Feminino	18/52,9%	16/47,1%	34/43,6%
Total	44/56,4%	34/43,6%	78/100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Ao controlar a variável de sexo/gênero em emprego da variante-padrão/conservadora *versus* variante não-padrão/inovadora, deparamo-nos, em vez de condicionamento de um dos gêneros, uma distribuição bastante equânime, em termos percentuais, para ambos os sexos/gêneros, priorizando a mesma variante padrão, isto é, o clítico acusativo, num total de 59,1% para o masculino, e 52,9% para o feminino. A uniformidade dos resultados aponta que esse grupo de fatores não foi significativo, conforme já advertiu Tarallo (2007) sobre a irrelevância desta variável em dados de escrita. Julgamos que o foco no clítico acusativo se dá, a rigor, pela força que emana dos gêneros textuais-discursivos, obrigando os falantes/redatores a empregarem a variante padrão, conservadora, independentemente do sexo/gênero, no resgate de uma estratégia de colocação pronominal imposta pela tradição escolar em nome da norma culta da língua portuguesa.

Diante do exposto, é importante reforçar que, para compor a amostra desta pesquisa, selecionamos, ao todo, 60 gêneros textuais (30 artigos de opinião e 30 notícias) dos quais se extraíram 78 ocorrências da variável de objeto direto anafórico de 3ª pessoa. Destas, 44 foram de clítico acusativo, 25 de sintagma nominal e 9 de objeto nulo. A limitação da amostra com poucos dados, ainda que bastante relevantes, pode ter reduzido a verificação, de modo mais eficiente, da influência de outros grupos de fatores e o teste de hipóteses consideradas fortes. No anseio de refinar os dados, foram feitas outras rodadas binárias, isolando as variantes mais frequentes (clítico acusativo *versus* sintagma nominal), porém os resultados seguiram as mesmas tendências, por isso discutimos apenas a rodada estatística com as variantes terciárias: clítico *versus* sintagma nominal e objeto nulo.

6. Conclusão

Neste trabalho, analisamos os fatores linguísticos e sociais que condicionam a realização variável do objeto direto anafórico de 3ª pessoa no português brasileiro em gêneros textuais-discursivos da esfera jornalística em jornais online do Ceará, como: notícias e artigos de opinião. Os dados foram submetidos ao programa estatístico Goldvarb X, de maneira a verificar as influências de fatores linguísticos e extralinguísticos. Os resultados revelam, como esperado, mesmo nas plataformas digitais, a preferência pelos falantes no uso do clítico

acusativo, o que confirma a hegemonia da variante em dados de escrita vistos como mais monitorados.

Dentre os grupos de fatores, apenas o *nível de formalidade* e o *gênero semântico do referente* foram selecionados como estatisticamente relevantes. Quanto ao *nível de formalidade*, o texto monitorado, artigo de opinião, favoreceu o emprego clítico; já o texto menos monitorado, a notícia, foi favorecida pelas variantes sintagma nominal e objeto nulo. Isso indica que há uma certa similaridade com os resultados encontrados também por Andrade (2014), quando estudou os jornais capixabas, observando que o artigo de opinião, com percentual de 78%, favoreceu o clítico e, por outro lado, a notícia favoreceu o sintagma nominal e objeto nulo, com percentual de 52,9%. Em nossa amostra, vale ressaltar que o objeto nulo nos parece não sofrer estigma, pois manifestou-se em ambos os níveis. Em se tratando do *gênero semântico*, hipótese idealizada por Creus e Menuzzi (2004) na tentativa de explicarem a distribuição entre formas pronominais e o referente retomado, o fator linguístico sexuado [+gênero sexuado] exerceu forte influência na variante de clítico acusativo, comparado-o com o sintagma nominal e objeto nulo. Sabendo, então, disso, declaramos que as hipóteses foram comprovadas.

O referente na função ora de sujeito ora de adjunto adnominal correlacionam, em termos percentuais, ao clítico acusativo, ao passo que, na função de complemento nominal, aposto, objeto direto, estão correlacionados ao sintagma nominal e o objeto nulo, corroborando com o que advogou Soledade (2011). Nessa circunstância, o gatilho sintático, a nosso ver, não foi categórico, mas variável. Por mais que esse grupo de fatores não tenha sido selecionado pelo programa, ainda assim, há fortes indícios para a comprovação desta hipótese, que deve ser testada em amostra mais expressiva.

Relativo ao *traço de animacidade do referente*, tanto o + animado (60%), sobretudo, quanto o - animado (54,2%), de forma tímida, mostraram-se correlacionado, percentualmente, ao clítico acusativo, indo na mesma direção dos dados colhidos por Oliveira (2007). Contudo, no que diz respeito ao traço - animado, em especial, apesar do percentual das variantes sintagma nominal e objeto nulo ser abaixo do clítico, pode-se dizer que a diferença matemática é mínima, considerando que encontramos poucas ocorrências de sintagma e objeto nulo comparando-as com as do clítico acusativo. É possível reverter tais resultados, contanto que haja expansão, claro, numa investigação posterior, da amostra analisada. Esse comentário justifica-se, pois esperávamos pelo traço + animado favorecendo o clítico e, já no outro lado, o - animado favorecendo as demais variantes. Nota-se, portanto, que a nossa hipótese não deve ser descartada totalmente.

Em dados de fala, na Sociolinguística Variacionista, vê-se a relevância expressiva da variável *sexo/gênero* em pesquisas desenvolvidas de norte a sul no Brasil, por essa razão, controlamos as variantes mediante esse grupo de fatores. Na verdade, ao contrário disso, os resultados apontam a uniformidade linguística ao empregar uma das variantes, em que se constatou que o sexo masculino e o feminino priorizam o uso, novamente, do clítico acusativo, por implicações textuais-discursivas, não propriamente devido ao sexo/gênero. Ou seja, trata-se da única hipótese refutada deste estudo.

A limitação da amostra gerou-nos alguns impasses epistemológicos, sendo cabível, futuramente, ampliá-la a fim de solucioná-los. Embora se acredite que esta pesquisa contribua para a descrição do português brasileiro, mais precisamente, do dialeto cearense, ao correlacionar língua e sociedade num viés sincrônico, seria interessante explorar, ainda, nesse bojo analítico o grupo de fatores morfológico, isto é, a forma verbal que seleciona o ODA, a estrutura da oração, reconsiderar o traço de animacidade, além de incluir outros gêneros textuais-discursivos. De qualquer forma, sem desmerecer o prognóstico de Tarallo (2007) sobre a resistência do texto escrito a fenômenos variáveis, salientamos que reside aqui, digamos assim, a ambição de dar um retorno, em termos científicos, à comunidade acadêmica a respeito do fenômeno de ODA investigado no estado do Ceará, antes não ocorrido, de maneira a integrar o ‘banco de dados’ dos estudos do *corpus* formal já desenvolvidos de igual modo na Bahia, em Santa Catarina, em Minas Gerais e em Espírito Santo.

Referências

- ANDRADE, Priscilla Gevigi de. Variação linguística: objeto direto anafórico no jornal *A Gazeta* (2008). In: CONGRESSO NACIONAL DE FILOLOGIA E LINGUÍSTICA, 12., 2014, Rio de Janeiro. **Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**. Rio de Janeiro: Cifefil, 2014. p. 150-157.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: HURITEC, 2006.
- BARBOSA, Alessandra Conceição. **A influência dos fatores linguísticos e sociais na realização do objeto direto anafórico**. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade do Estado de Mato Grosso, Mato Grosso, 2015.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BIAZOLLI, Caroline Carnielli. **Clíticos Pronominais no Português de São Paulo: 1880 a 1920 - uma análise sócio-histórico-linguística**. 2010. 231 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2010.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Vozes Limitada, 1970.

COELHO, Izete Lehmkuhl; GORSKI, Edair Maria; SOUZA, Christiane Maria N. de; MAY, Guilherme Henrique. **Para conhecer Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2019.

CONCEIÇÃO, K. C. Preenchimento do objeto direto anafórico: as transformações linguísticas ocorridas do século XIX ao XX em jornais capixabas. **Jornada de Iniciação Científica**, N° 7,. Vitória, 2016.

COSTA, Tatiane Macedo. **Um estudo diacrônico das variadas realizações do objeto direto anafórico na imprensa baiana dos séculos XX e XXI**. 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

CREUS, Susana; MENUZZI, Sergio. Sobre o papel do gênero na alternância entre objetos nulos e pronomes plenos no português brasileiro. In: **IV ENCONTRO DO CELSUL**, 2004, Florianópolis. Anais. Florianópolis: Ufsc, 2004. p. 01-14. Disponível em: https://www.academia.edu/7181773/Sobre_o_papel_do_g%C3%AAnero_na_altern%C3%A2ncia_entre_objetos_nulos_e_pronomes_plenos_no_portugu%C3%AAs_brasileiro. Acesso em: 01 nov. 2023

CUNHA, Celson; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

DUARTE, M. E. L. **Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil**. 1986. 73 f. Dissertação Programa de Pós-graduação em Ciências – Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

GAGLIARDI, E.; AMARAL, H. **O gênero textual artigo de opinião jornalístico**, 2009. Disponível em <https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteudo/sua-prática/94/o-gênero-textual-artigo-de-opinião-jornalístico> Acesso em: 10 set. 2023.

GALVES, Charllote. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. São Paulo: Unicamp, 2001.

GIACHIN, Amanda e Sá. **Descrição diacrônica da presença/ausência do sujeito e das variedades do objeto direto anafórico em jornais catarinenses**. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul, Santa Catarina, 2016.

LIMA, Tereza Maria de. **O emprego do objeto direto anafórico de terceira pessoa na língua falada de Fortaleza**. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, 2016.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 7-200.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. **Varição na Concordância Verbal de Terceira Pessoa do Plural na Fala dos Florianopolitanos**. 2001. 109 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MOTA, Jacyra Andrade; SILVA, Amanda dos Reis. **Sociolinguística, uma disciplina histórica: retrospectiva, desenvolvimentos e aplicações**. *Macabéa*, Ceará, v. 8, n. 2, p. 11-35, 2019. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MacREN/article/view/1911>. Acesso em: 14 ago. 2023.

OMENA, N. P. de. **Pronome Pessoal de Terceira Pessoa: Suas Formas Variantes em Função Acusativa**. 139f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro-RJ, 11 de julho de 1978.

OTHERO, G. A.; AYRES, M. R.; SCHWANKE, C.; SPINELLI, A. C. A relevância do traço gênero semântico na realização do objeto nulo em português brasileiro. **Working Papers em Linguística**, UFSC, v. 17, n. 1, p. 64-85, 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8420.2016v17n1p64>

OTHERO, G. A. SCHWANKE, C. Retomadas anafóricas de objeto direto em português brasileiro escrito. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 147-185, 2018.

OLIVEIRA, Solange Mendes. Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL** Vol. 5, n. 9, 2007.

PAIVA, M. da C.. Sexo. In: MOLLICA, C.; BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élias. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Paulo: Claraluz, 2006.

PEREIRA, M. das G. D. **A Variação na Colocação dos Pronomes Átonos no Português do Brasil**. 1981, 301f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica – PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1981.

PINTO, Cecília Augusta Vieira. **Trajatória de mudança do sujeito e objeto direto anafóricos: análise de cartas pessoais brasileiras e portuguesas dos séculos XIX e XX**. 2020. 391 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2020.

PINTO, Cecília Augusta Vieira. **Varição do objeto anafórico acusativo na fala de Florianópolis**. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 1916[2006].

SAUTCHUK, Inez. **Prática de Morfossintaxe**: como e por que aprender análise (morfo)sintática. 2. ed. São Paulo: Manole, 2010.

SILVA, Daniel Marra da; MILANI, Sebastião Elias. Whitney, Saussure, Meillet e Labov: a língua como fato social. **Simpósio Nacional e Internacional de Letras - Silel Linguística**, Minas Gerais, v. 3, n. 1, p. 1-12, jul. 2013. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SOLEDADE, Carolina de La Vega. Realizações do objeto direto anafórico de terceira pessoa em cartas de ilustres do século XIX. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 434-444, 04 abr. 2016. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1407>. Acesso em: 16 ago. 2023.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2007.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de M. Bagno. São Paulo-SP, Parábola Editorial, [1968], 2006.